

Dez anos do ataque ao World Trade Center. Declaração do Partido Operário Revolucionário

Massas 419 – 11 de setembro

Não poderia ser diferente: os Estados Unidos comandam uma campanha mundial de condenação do atentado terrorista, desfechado pela Al Qaeda, sob a orientação de Osama Bin Laden. No Brasil, a grande imprensa, os tais dos especialistas, intelectuais, etc. serviram aos propósitos do imperialismo. Não se pôde ler ou ouvir alguma explicação séria e consistente sobre o espetacular ataque à potência dominante. Não se estabeleceram os nexos entre a opressão colonialista dos Estados Unidos, o nacionalismo árabe e a resistência de organizações que assumiram o método terrorista de luta.

Inventou-se a tese de que o atentado mudou a situação econômica dos Estados Unidos e de certa forma do mundo. Via de regra, as críticas recaíram na reação errada e desproporcional do presidente George W. Bush. Enfatizou-se o reparo de que os muçulmanos e o Islã não podem ser confundidos com o terrorismo e nem responsabilizados pelos atos de Bin Laden – o que é correto. Apontou-se, nesse sentido, o absurdo da posição de Bush que os Estados Unidos enfrentavam um “choque de civilizações”, de um lado o Ocidente moderno, globalizado; de outro os bárbaros que, sob o manto do islamismo, resistem às mudanças. Não se poderia, também, deixar de condenar as mentiras de Bush usadas para ocupar militarmente o Iraque, desconhecendo a tal da “comunidade internacional” (uma máscara para o domínio das potências). Quanto ao Afeganistão, uma ou outra voz baixinha e de leve timbre lançou uma sombra de dúvida se foi necessária a sua ocupação. Nenhuma condenação em voz alta e veemente transpareceu na grande imprensa brasileira. Reproduziu-se a restrição já assente de que a invasão do Afeganistão contou com o apoio da “comunidade” e teve um motivo claro de combate ao terrorismo, enquanto que a do Iraque se deu a despeito da ONU, etc.

A tarefa jornalística e ideológica de acobertar a opressão imperialista e de pintar Bin Laden como “fascínora” e “genocida”, e a Al Qaeda como um perigo à paz mundial e à humanidade foi bem cumprida pelos lacaios dos Estados Unidos. Em meio ao bombardeio ideológico da máquina publicitária, reuniram-se dados conhecidos. Basta uma análise correta para se ir em busca da raiz de 11 de setembro de 2001. Eis: 1) Os mortos do atentado totalizaram 2.976; 2) Dados tardiamente apurados pela ONU, constam 11,7 mil civis mortos no Afeganistão, 10 mil insurgentes, 8,8 mil da força de segurança do governo e 2,7 mil militares da força de ocupação, portanto, 33,2 mil mortos.3). Enorme quantidade de feridos graves, amputados e desequilibrados; 4) 1,28 trilhão de dólares foi gasto pelos Estados Unidos, até março; 5) 649 bilhões de dólares formam o orçamento federal para a segurança. Podemos acrescentar outro dado, dos dez anos de guerra e ocupação, envolvendo o Afeganistão, Paquistão e Iraque: 137 mil civis mortos.

Os números astronômicos dos gastos com a guerra avultariam ainda mais se as potências envolvidas revelassem o dispêndio total, bastaria que a Inglaterra, França, etc. apresentassem suas contas.

Não custa nada para um pacifista, democrata ou economista de bom senso concluir que o melhor e acertado era ter aplicado o gigantesco montante na economia, na produção, na saúde ... e que os Estados Unidos precisam voltar a ser produtivos. Também é de graça dizer que a brutal elevação dos gastos com a segurança é uma reação ao terrorismo e que, portanto, contribuiu para a crise econômica e que 11 de setembro é um marco da virada da situação nos Estados Unidos. E não é difícil ao jornalismo observar, nas entrelinhas, que o número de civis mortos na guerra do Afeganistão é quarenta vezes maior em relação aos do ato terrorista. A burguesia e seus representantes não têm como condenar o atentado sem defender o imperialismo.

A posição da política proletária, portanto, marxista-leninista-trotskista, é outra. O terrorismo é combatido como método alheio à revolução social ou política. É prejudicial à causa revolucionária, uma vez que consiste no ato individual da violência. Acaba favorecendo os opressores.

A organização Al Qaeda justificou o atentado ao WTC em defesa do Iraque e do povo palestino, do combate ao apoio norte-americano ao Estado sionista de Israel e contra a existência de tropas dos Estados Unidos na Arábia Saudita. Todas são causas justas. A intervenção imperialista da mais poderosa potência viola a autodeterminação das nações e impõe-lhes condições econômico-sociais adversas. O Estado de Israel e a expansão territorial sionista esmagam os palestinos. Nesse exato momento, o imperialismo bombardeia a Líbia e impõe a derrubada do governo de Muamar Kadafi. Não faltam motivos, portanto, para ações terroristas. Não obstante, esse método não levará as nações oprimidas a se levantarem contra o imperialismo e conquistarem a independência nacional. Essa tarefa própria dos países capitalistas de economia atrasada virá tão-somente com a revolução social, cujo um dos objetivos é alcançar a emancipação nacional, portanto, de conteúdo histórico anti-imperialista.

A violência à margem das massas e de sua evolução política não corresponde ao programa da revolução e à classe que a dirigirá, ou seja, ao proletariado. Eis por que a organização construída por Bin Laden – a Al Qaeda – não vai além de proposições nacionalistas e de orientação pequeno-burguesa. Por mais espetacular que tenha sido o ataque com aviões de passageiros sequestrados e dirigidos contra o WTC e as instalações do Pentágono, não fez senão despertar a ira da burguesia norte-americana e dar-lhe uma justificativa para impulsionar as tendências bélicas do capitalismo decadente. O imperialismo soube usar muito bem o álibi em favor da dominação e do colonialismo.

É verdade que o intervencionismo militar não ocorreu e ocorre sem contradições. A principal delas é a resistência da população afegã e iraquiana aos ocupantes de seus países. Os Estados Unidos e seus aliados, com todo o aparato bélico, não puderam estabilizar seu domínio e se encontram na posição de derrotados. Não pelo terrorismo, mas pela resistência nacional armada, envolta pelas massas. O sentimento antiamericano das populações das regiões conflagradas refletem posições anti-imperialistas e estas servem à resistência da guerra irregular travada no Afeganistão e no Iraque contra os invasores. Não se trata, portanto, de condenar o terrorismo e em particular a Al Qaeda diante dos saqueadores e carniceiros do mundo. Trata-se de rejeitá-lo perante as massas exploradas como método ineficaz de luta e por seu conteúdo nacionalista pequeno-burguês e burguês.

Tem sido difícil para as correntes centristas de esquerda aplicar essa diretriz do marxismo-leninismo-trotskismo, em especial os morenistas do PSTU.

Posta essa posição, os números apresentados pelos analistas na grande imprensa ficam mais claros, e torna-se mais fácil entender a questão da crise norte-americana. A matança de civis e não civis pelas forças de ocupação não tem comparação com os 2.976 do ataque terrorista. A explicação está em que os Estados Unidos não desencadearam uma “guerra ao terrorismo”, mas a nações oprimidas. A visão do Estado imperialista é de que se a população e o governo constituído não lhes entregam os agentes do terror devem pagar por isso. Na realidade, não se tratava apenas de liquidar a Al Qaeda e outros grupos, mas fundamentalmente de romper a linha de força do nacionalismo, que limitava o saque imperialista.

A bandeira de Bush de que os Estados Unidos não se prenderiam a nenhuma regra para vencer o terrorismo assustou os pacifistas e democratizantes oriundos da pequena-burguesia norte-americana. O cerceamento de direitos civis internos se mostrou uma gota d’água diante da chacina no Afeganistão e Iraque e da rede de centros de tortura espalhados em vários países, um deles escancarado em Guantánamo.

O extraordinário gasto de 200 bilhões de dólares mensais para manter a ocupação do Afeganistão e Iraque e corromper a fração pró-imperialista interna e a consequente elevação do déficit orçamentário dos Estados Unidos não é a causa da crise. Pelo contrário, embora a potencialize, não passa de um de seus reflexos. Basta se ver que a dívida federal passou de 10,3 trilhões dólares em 2001 para 14,6 trilhões em 2011 em função de uma política econômica voltada a manter os negócios dos trustes industriais, comerciais e dos banqueiros. As guerras de ocupação serviram de válvula de escape para a indústria armamentista e para grupos empresariais preparados para a “recuperação” dos países devastados.

A eclosão da crise de 2008 se deu com o esgotamento da capacidade de endividamento da população. O que antes havia impossibilitado contornar a superprodução. Os artifícios financeiros funcionaram até certo ponto, convertendo-se em bancarrota. A superprodução se apresentou em toda sua extensão mundial. A constatação de que os Estados Unidos vinham caminhando bem até 2001, com significativa taxa de crescimento, baixa taxa de desemprego e superávit fiscal não expõe senão que já não havia terreno para continuar a marcha ascendente. O atentado da Al Qaeda não poderia por si mesmo alterar o curso econômico.

As portentosas contradições da crise estrutural do capitalismo empurraram George W. Bush ao expansionismo colonialista. As guerras destroem forças produtivas e alimentam a indústria bélica. Os enormes gastos militares agigantaram o déficit federal que cresce a passos largos, sob a diretriz do endividamento implantada pelo governo republicano. Observa-se que vários estados da federação se encontram em situação financeira precária. A superprodução alimenta o esbanjamento e a dilapidação de riqueza acumulada, até o momento em que a burguesia e o Estado não têm como evitar que o excesso de mercadorias se transforme em retração, estagnação, recessão e depressão.

Os Estados Unidos dependem em grande medida do mercado externo, do saque das economias semicoloniais e da poupança internacional. E o mercado mundial, os saqueados e poupadores dependem do carro chefe americano. As contradições entre a economia globalizada e as fronteiras nacionais emergem poderosamente e precipitam a crise. Na sua base, movimenta-se a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção na forma altamente monopolizada a que chegou a fase imperialista do capitalismo. A gigantesca capacidade de produção se choca com a propriedade monopolizada e com o capital financeiro concentrado e centralizado. Inúmeras foram as crises do pós-guerra, mas, via de regra, mais ou menos localizadas.

Tudo indica que 2008 é um marco de uma crise mais ampla e profunda. Os Estados Unidos, inevitavelmente, se tornaram em seu epicentro, como o foi a Alemanha no início e meados do XX, protagonizando as duas guerras mundiais por uma nova divisão rapina do mundo. O espetáculo do desmoronamento do World Trade Center, muito bem explorado, e os quase três mil mortos inesperados criaram a imagem de que o terrorismo assumia uma capacidade devastadora e que nele se concentraria a política externa norte-americana. Na expressão de Bush – “guerra ao terror”. Serviu, assim, de paramento para ocultar a emersão das tendências bélicas, as necessidades da potência de usar sua máquina de guerra e exercer a sua hegemonia nas novas condições que se abriam com a crise de superprodução.

A tentativa de atribuir ao ataque terrorista a causa da crise econômica nos Estados Unidos e da perturbação da “paz mundial” não passa de caricatura jornalística. As massas norte-americanas estão conhecendo a face do capitalismo imperialista da América do Norte e esperando que o espectro de 1929 não passe de uma sombra do passado e que logo se dissipe. O que não é o mais provável. O alto desemprego, a inadimplência das famílias americanas e os despejos, bem como os resultados desastrosos das ocupações do Afeganistão e Iraque com seus mais de 6 mil soldados mortos e milhares de mutilados, ofuscam o cerimonial dos 10 anos.

Na data trágica de 11 de setembro, a classe operária deve responsabilizar a burguesia americana pelos mortos do World Trade Center e pela matança no Irã e Iraque. E, agora, na Líbia.

O significado mais profundo desses acontecimentos se encontra na impossibilidade do capitalismo continuar a desenvolver as forças produtivas e, conseqüentemente, empurrando inexoravelmente a humanidade para a barbárie.

Vivemos a época da barbárie ou do socialismo, da contrarrevolução e da revolução. O processo de restauração burguesa na ex-União Soviética, no Leste Europeu, na China e em Cuba deu prova suficiente de que o capitalismo não tem como se renovar. Nesses países em que a revolução proletária abriu caminho para a superação do sistema de exploração do trabalho e de opressão nacional, o triunfo da contrarrevolução, auxiliada pelo estalinismo, abre as portas para a barbárie. No entanto, não foi e não é possível eliminar o programa histórico do comunismo! Instintivamente, o proletariado e os demais explorados, bem como as populações oprimidas pelo imperialismo e seus aliados internos, começam a se movimentar em direção à expropriação da propriedade dos meios de produção e a sua transformação em propriedade coletiva. É mais provável que a crise de direção não seja resolvida rapidamente. Terá de percorrer um longo caminho de desintegração do capitalismo e de renhida luta de classes e de conflito entre nações. O fundamental é que amadurecem as condições para construir os partidos marxistas-leninistas-trotskistas e para reconstruir a IV Internacional.

O terrorismo será erradicado não pela violência contrarrevolucionária do imperialismo, mas com as massas se dirigindo à revolução proletária.

Em defesa da autodeterminação das nações e povos oprimidos!

Enfrentar o imperialismo com o programa da revolução e ditaduras proletárias!

Responder à crise mundial com o internacionalismo proletário!